

# O PASSADO QUE NÃO QUER PASSAR<sup>1</sup>

UM DISCURSO QUE PÔDE SER ESCRITO, MAS NÃO PROFERIDO<sup>a</sup>

Ernst Nolte

Tradução: Márcio Suzuki

"O passado que não quer passar" — com isso não se quer exprimir outra coisa senão o passado nacional-socialista dos alemães ou da Alemanha. O tema implica a tese de que normalmente todo passado passa, e de que há algo de muito excepcional neste não-passar. Por outro lado, o passar normal do passado não pode ser concebido como um desaparecer. A época de Napoleão I, por exemplo, sempre volta a ser presentificada nos trabalhos de história, e o mesmo se dá com o classicismo de Augusto. Esses passados, contudo, perderam manifestamente o caráter opressivo que tinham para os contemporâneos. Eles podem, justamente por isso, ser confiados aos historiadores. Tudo indica que o passado nacional-socialista, ao contrário, não está sujeito — como ressaltou ainda recentemente Hermann Lübke — a esse esvaecimento, a esse processo de enfraquecimento, mas parece tornar-se cada vez mais vivo e forte, não porém como uma imagem-modelo (*Vorbild*), mas como uma imagem assustadora (*Schreckbild*), como um passado que se instaura diretamente como presente, e que pende sobre o presente como uma espada da justiça.

## Retratos em branco e preto

Há boas razões para isso. Quanto mais claramente a República Federal da Alemanha e a sociedade ocidental em geral se desenvolvem rumo à "sociedade do bem-estar", tanto mais estranho se torna a imagem do III Reich, com sua ideologia da abnegação em prol da guerra, das máximas como "canhões em vez de manteiga", das citações tais como "Nossa morte será uma festa", extraídas dos Edas e entoadas em coro nas comemorações escolares. Todo mundo tem hoje uma mentalidade pacifista, mas, ainda assim, não se pode olhar para o belicismo dos nacional-

(1) O título sugerido pelo "Coloquio Römerberg" para a palestra dizia: "O passado que não quer passar. Discussão ou ponto final".

(a) O coloquio Römerberg teve lugar em Frankfurt, no início de julho de 1986, e foi organizado pela secretaria de cultura da cidade. O texto da conferência de Nolte foi publicado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), de 6 de junho de 1986. (NT)

socialistas de uma distância segura, pois se sabe que a cada ano as duas superpotências gastam muito mais com armamento do que Hitler durante os anos de 1933 a 1939, restando, desta maneira, uma insegurança profunda que prefere acusar o inimigo às claras que na confusão do presente.

O mesmo vale para o feminismo: no nacional-socialismo, o machismo ainda estava imbuído de uma arrogância provocadora, mas no presente ele tende a negar-se e ocultar-se — o nacional-socialismo é, pois, o inimigo do presente em sua forma de manifestação última e inconfundível. A pretensão de Hitler à "dominação do mundo" tem de parecer tanto mais monstruosa, quanto mais inequivocamente se evidencia que a República Federal da Alemanha pode, no máximo, desempenhar o papel de um Estado de média grandeza na política internacional — embora, ainda assim, não se lhe ateste uma "inofensividade" e em muitos lugares permaneça vivo o medo de que ela possa vir a ser, decerto não a causa, mas pelo menos o ponto de partida de uma terceira guerra mundial. Foi, porém, a recordação da "solução final" (*Endlösung*) que contribuiu mais do que qualquer outra coisa para o não-passar do passado, pois a monstruosidade do extermínio em série de vários milhões de seres humanos tinha de tornar-se tanto mais inconcebível, quanto mais a República Federal da Alemanha ia se aproximando, mediante sua legislação, da linha de frente dos Estados humanitários. Mas mesmo aqui restaram dúvidas, e numerosos estrangeiros, bem como muitos alemães, não acreditaram, e tampouco acreditam, na identidade do "pays légal" com o "pays réel".

Mas foi de fato apenas a intransigência do "pays réel", das *Stammtische*<sup>b</sup>, que se opôs a esse não-passar do passado e quis que se pusesse um "ponto final" na discussão, para que o passado alemão não mais se diferenciasse fundamentalmente de outros passados?

(b) *Stammtische*: expressão (aqui no plural) que significa algo como "clientela antiga" ou "habitues" de uma mesma mesa (*Tisch*) ou balcão de determinado bar. (NT)

Não há um fundo de razão em muitos dos argumentos e questões que, por assim dizer, erigem uma parede ante a exigência de "discussão" cada vez mais ampla acerca do nacional-socialismo? Mencionarei alguns desses argumentos e questões a fim de desenvolver um conceito daquele "erro" que, no meu modo de entender, é decisivo, e de dar contorno àquela "discussão" que está tão longe de um "ponto final" quanto da sempre evocada "superação" (*Bewältigung*).

Justamente aqueles que mais falam, e com ênfase mais negativa, de "interesses" não admitem que se levante a questão de saber se neste não-passar do passado também não havia ou há interesses em jogo, a saber, os interesses de uma nova geração em seu antiquíssimo conflito com os "pais", ou também o interesse dos perseguidos e de seus descendentes em manterem um *status* que os põe em evidência ou lhes confere privilégios.

As palavras sobre a "culpa dos alemães" omitem, de maneira assaz deliberada, sua semelhança com as palavras sobre a "culpa dos judeus", um dos principais argumentos dos nacional-socialistas. Partindo de alemães, todas as imputações de culpa contra os "alemães" são insinceras,

uma vez que os acusadores, ou os grupos que representam, ali não se incluem e, no fundo, querem apenas desferir um golpe decisivo em velhos inimigos.

A atenção que se dispensa à "solução final" faz com que se descure de fatos importantes da época nacional-socialista, como, por exemplo, do morticínio de "vidas indignas de vida"<sup>c</sup> e do tratamento dos prisioneiros de guerra pelos russos, mas sobretudo de questões decisivas do presente — como aquelas acerca do caráter ontológico da "vida por nascer"<sup>d</sup> ou acerca do "genocídio" ontem no Vietnã e hoje no Afeganistão.

A coexistência dessas duas séries de argumentação, onde uma está em primeiro plano sem, no entanto, ter conseguido impor-se completamente, levou a uma situação que se pode caracterizar como paradoxal, ou mesmo como grotesca.

Uma declaração precipitada de um deputado no Bundestag, com referência a certas exigências de porta-vozes de organizações judaicas, ou o deslize, demonstrando a falta de tato de um político regional, são convertidos em sintomas de "anti-semitismo", como se todo vestígio do anti-semitismo genuíno e de forma alguma nacional-socialista da época de Weimar tivesse desaparecido da memória; ao mesmo tempo passa na televisão o comovente documentário *Shoah*, de um diretor judeu, que torna verossímil em algumas passagens que os destacamentos SS também podiam tornar-se vítimas dos campos de extermínio, e que, por outro lado, existia um anti-semitismo virulento entre as vítimas polonesas do nacional-socialismo.

É certo que a visita do presidente americano ao cemitério de guerra em Bitburg provocou uma discussão bastante emocional, mas o medo da acusação de "compensação" e das comparações não permitiu que se levantasse a questão simples de saber o que teria significado se, em 1953, o chanceler alemão<sup>e</sup> tivesse se recusado a visitar o cemitério de guerra de Arlington, com a justificativa de que ali estavam enterrados homens que haviam participado de ataques terroristas contra a população civil alemã.

Para o historiador, a consequência mais lastimável do "não-passar" do passado é justamente a de que parecem ter sido revogadas as regras mais simples, válidas para todo e qualquer passado, isto é, que todo passado tem de tornar-se cada vez mais reconhecível em sua complexidade, que o contexto em que ele se consolidou torna-se cada vez mais visível, que os retratos em branco e preto dos contemporâneos em luta são corrigidos e as exposições anteriores submetidas à revisão.

Em sua aplicação ao III Reich, essas regras mostram-se, porém, justamente como "perigosas para a educação do povo" (*volkspädagogisch gefährlich*): não poderiam levar a uma justificação de Hitler ou, pelos menos, a uma "exculpação dos alemães"? Não se abre, com isso, a possibilidade de que os alemães voltem a identificar-se com o III Reich, como o fizeram em sua grande maioria, pelo menos durante os anos de 1935 a 1939, e de que não aprendam a lição que lhes foi dada pela história?

(c) *Ungeborenes Leben*: "slogan" nacional-socialista para designar doentes incuráveis ou com problemas mentais que deveriam ser esterilizados por lei, e que posteriormente foram incluídos na "ação de eutanásia" (*Euthanasie-Aktion*). (NT)

(d) O texto em alemão diz: "des *Seinscharakters von 'ungeborenem Leben'*". (NT)

(e) Konrad Adenauer. (NT)

A isso pode-se responder de maneira bem sucinta e apodítica: nenhum alemão pode pretender justificar Hitler, mesmo que fosse tão-só em vista das ordens de extermínio dirigidas contra o povo alemão em março de 1945. O fato de que os alemães extraíam ensinamentos da história não é garantido pelos historiadores e publicistas, mas sim pela mudança completa das relações de poder e pelas consequências visíveis de duas grandes derrotas. Naturalmente, eles podem extrair ainda ensinamentos errôneos, mas mesmo isso se dá por um caminho "novo" e, no mínimo, "antifacista".

É certo que não se pouparam esforços no sentido de traçar, para além do plano da polêmica, uma imagem mais objetiva do III Reich e de seu Führer; basta lembrar aqui os nomes de Joachim Fest e Sebastian Haffner<sup>f</sup>. Ambos, porém, tinham em vista acima de tudo o "aspecto alemão interno". A seguir, pretendo tentar, com apoio de algumas questões e palavras-chave, indicar a perspectiva sob a qual este passado deveria ser visto, caso se lhe deva dispensar aquele "tratamento igual" que é um postulado de princípio da filosofia e das ciências humanas, postulado que, no entanto, não leva a nivelamentos, mas justamente a patentear as diferenças.

### Palavras-chave esclarecedoras

Em 1915, Max Erwin von Scheubner-Richter (posteriormente o colaborador mais próximo de Hitler, até ser atingido por uma bala fatal durante a marcha à Feldherrnhalle<sup>g</sup>, em novembro de 1923) desempenha as funções de cônsul alemão em Erzerum<sup>h</sup>. Ali, ele tornou-se testemunha das deportações da população armênia, que representaram o início do primeiro grande genocídio do século XX. Ele não mediu esforços para impedir as autoridades turcas, e seu biógrafo termina, em 1938, a descrição dos eventos com as frases seguintes: "Mas o que significavam estes poucos homens contra a vontade de extermínio (*Vernichtungswille*) da Porta turca, que nem mesmo deu ouvidos às advertências mais diretas de Berlim, contra a selvageria feroz dos curdos irrefreados, contra a catástrofe que se cumpriu com rapidez espantosa — catástrofe na qual um povo da Ásia rivalizava com outro de uma maneira asiática, longe da civilização européia?".

Ninguém sabe o que Scheubner-Richter teria feito ou deixado de fazer se tivesse sido escolhido como ministro das regiões ocupadas do Leste, em lugar de Alfred Rosenberg. Todavia, há muito poucos indícios de que entre ele, Rosenberg e Himmler, e mesmo entre ele e Hitler houvesse uma diferença fundamental. Mas então se tem de perguntar: o que podia ter ensinado homens, que julgavam "asiático" um genocídio com o qual chegaram a ter um contato próximo, a iniciar um genocídio de natureza

(f) *Joachim Fest*: um dos co-editores do jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), autor de livros polêmicos sobre o nacional-socialismo, tais como: *História do III Reich* (1962), *Hitler* (1973) e *Passado Superado* (1981). Participou da Querela com um artigo intitulado "A Recordação Culpada", publicado no FAZ, em 29 de agosto de 1986. *Sebastian Haffner* (Raimund Pretzel): autor de diversas obras sobre Hitler e a Prússia. (NT)

(g) *Marcha à Feldherrnhalle*: o famoso "putsch da cervejaria" (9/11/1923) deveria encerrar com uma marcha ao conhecido pavilhão de Munique chamado *Feldherrnhalle*, mas a polícia local abriu fogo contra os manifestantes. (NT)

(h) *Erzerum*: antiga fortaleza e hoje maior centro comercial da chamada Armênia Turca (leste da Turquia). (NT)

ainda mais cruel? Existem algumas palavras-chave esclarecedoras. Uma delas é a seguinte:

Assim que Hitler recebeu, a 1º de fevereiro de 1943, a notícia da capitulação do VI Exército em Stalingrado, ele logo vaticinou, no informe sobre a situação, que alguns oficiais capturados seriam utilizados na propaganda soviética: "Imaginem os senhores que (um destes oficiais) chega a Moscou; imaginem a 'gaiola de ratos'. Ele subscreverá tudo. Fará confissões, apelos...".

Os comentadores explicam que, com "gaiola de ratos", pretende-se referir à Lubjanka. Considero isso falso.

No livro *1984*, de Georg Orwell, descreve-se como, depois de longas torturas, o herói Winston Smith é finalmente constrangido a desmentir sua noiva pela polícia secreta do "Grande Irmão" e, assim, a renunciar à dignidade humana. Põe-se diante de sua frente uma gaiola na qual um rato quase doido de fome está preso. O interrogador ameaça abrir o fecho, e então Winston Smith desfalece. Essa história não foi inventada por Orwell; ela se encontra em numerosas passagens da literatura antibolchevique sobre a Guerra Civil Russa, entre outras, no socialista (reputado como confiável) Melgunov. Ela é atribuída à "Tcheka chinesa".

### **Arquipélago Gulag e Auschwitz**

É uma falha impressionante da literatura sobre o nacional-socialismo que ela não saiba ou não queira perceber em que escala tudo aquilo que o nacional-socialismo fez posteriormente, com exceção unicamente do processo técnico de extermínio pelo gás (*Vergasung*), já fora descrito numa ampla literatura no início dos anos 20: deportações e fuzilamentos em massa, torturas, campos de morte, aniquilamentos de grupos inteiros segundo critérios meramente objetivos, apelos públicos para o extermínio de milhões de pessoas inocentes, mas consideradas "inimigas".

É provável que muitos desses relatos sejam exagerados. É certo que o "Terror Branco" também cometeu crimes terríveis, embora não possa ter havido nesse âmbito nenhuma analogia com a postulada "destruição da burguesia". Mas, ainda assim, a seguinte questão surge como lícita, e mesmo como inevitável: não cometeram os nacional-socialistas, não cometeu Hitler um crime "asiático" apenas talvez porque consideravam a si e a seus iguais como vítimas potenciais ou reais de um "crime" asiático? Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a "morte à classe" dos bolcheviques o antecedente (*Prius*) lógico e fático da "morte à raça" dos nacional-socialistas? Não podem as ações mais secretas de Hitler ser elucidadas também pelo fato de ele justamente *não* ter esquecido a "gaiola de ratos"? Em suas origens, não proveio talvez Auschwitz de um passado que não queria passar?

Não é preciso ter lido o livrinho desaparecido de Melgunov para

fazer estas questões. Mas tem-se receio, e eu mesmo, durante muito tempo, tive receio de propô-las. Elas valem como teses de luta anticomunista ou como produtos da Guerra Fria. Também não cabem bem numa ciência especializada, a qual tem sempre de escolher enfoques de pesquisa ca-da vez mais demarcados. Mas elas repousam em verdades puras e simples. Pode haver razões morais para economizar verdades propositalmente, mas isso infringe o etos da ciência.

Os escrúpulos seriam justificados se se ficasse restrito a esses fatos e a essas questões, se esses fatos e questões não fossem colocados num contexto mais amplo, a saber, no contexto daquelas rupturas qualitativas na história européia, que começaram com a Revolução Industrial e que desencadeavam, a cada vez, uma busca exaltada de "culpados" ou, pelo menos, de "responsáveis" por um desenvolvimento considerado fatal. Só neste âmbito tomar-se-ia inteiramente claro que, a despeito de toda comparação possível, as ações de extermínio biológico do nacional-socialismo se diferenciaram qualitativamente do extermínio social efetuado pelo bolchevismo. Mas tampouco como uma morte, ou mesmo um morticínio, pode ser "justificada" por uma outra morte, da mesma forma, porém, cai-se fundamentalmente em erro se se observa apenas *uma* morte ou apenas *um* morticínio, e não se quer tomar conhecimento da outra morte ou morticínio, embora um nexos causal seja verossímil.

Aquele que tem esta história diante dos olhos, não como mitologema, mas em suas conexões essenciais, será levado a uma conclusão principal: se, em todo o seu obscurecimento e em todos os seus horrores, mas também em sua desconcertante novidade, que se tem de relevar em favor dos agentes, esta história teve um sentido para os descendentes, esse sentido tem de residir na libertação perante a tirania do pensamento coletivista. Isso significaria, ao mesmo tempo, a aplicação decisiva de *todas* as regras de uma ordem de liberdade, de uma ordem que permite e encoraja a crítica, à medida que se refira a ações, modos de pensar, tradições e, portanto, também a governos e organizações de toda espécie; uma ordem, porém, que tem de marcar com o estigma da insuficiência a crítica a acontecimentos dos quais os indivíduos não possam separar-se, ou só possam fazê-lo com muito esforço, vale dizer, a crítica "aos" judeus, "aos" russos, "aos" alemães ou "aos" pequeno-burgueses. Enquanto a discussão sobre o nacional-socialismo for imbuída justamente desse pensamento coletivista, deve-se pôr um ponto final nela. É inegável que então poderiam grassar a irreflexão e o acomodamento. Mas isso não *tem* de ser assim, e de qualquer forma a verdade não pode tornar-se dependente da utilidade. Uma discussão mais abrangente, que teria de repousar acima de tudo na reflexão sobre a história dos últimos dois séculos, levaria, também o passado, que é tema aqui, a "passar", como sucede a todo e qualquer passado, mas justamente por isso ela poderia assenhorar-se dele.

Ernst Nolte é professor de História Contemporânea da Universidade Livre de Berlim.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
Nº 25, outubro de 1989  
pp. 10-15

---